

# PLANNER

Destinatário:

São Paulo, 07 de maio de 2003

À  
Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA  
Rua XV de Novembro, 275  
01012-001 - São Paulo - SP

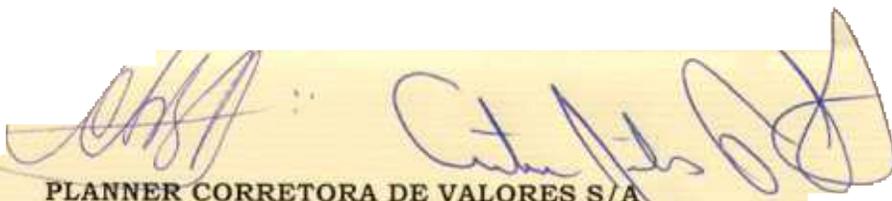
Att: Sr. Nelson Ortega

Prezado Senhor,

Vimos através desta, encaminhar à V.Sa., os Relatórios Anuais, referente ao Exercício Social de 2002 das emissões em que somos Agente Fiduciário.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e informações que se fizerem necessários, no telefone (11) 3061-9444 ramais 467 ou 474, e aproveitamos o ensejo para renovar os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A  
Carlos Arnaldo Borges de Souza      Artur Martins de Figueiredo

BOVESPA  
GER. ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA  
- 7 MAI 16 51 2003 000321



# COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

## 1ª Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações, Espécie Quirografária

### Relatório Anual do Agente Fiduciário Exercício 2002

#### CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA

**Razão Social:** Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG;

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

**Endereço da Sede:** Av. Barbacena, 1200 - 30190-131- Belo Horizonte – MG;

**Objeto Social:** A Companhia é concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Estado de Minas Gerais. Seus principais objetivos sociais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos de energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

**Telefone / Fax:**

(31) 3299-4903 / (31) 3299-3832;

**Diretor de Relações com Investidores:** Sr. Flávio Decat de Moura;

**CNPJ:**

17.155.730/0001-64;

**Auditores Independentes:**

que também contribuiu para esta reclassificação.

A **Moody's Investors Service**, no dia 29 de janeiro de 2003, rebaixou os ratings das debêntures e de emissor da Companhia, de Aa2.br para Baa3.br na Escala Nacional Brasileira, e de Ba1 para B1, na Escala Global de Moeda Local. A perspectiva é negativa. O rebaixamento reflete o fraco fluxo de caixa da CEMIG, relativamente à crescente alavancagem financeira e ao considerável endividamento em moeda estrangeira, além da significativa necessidade de refinanciamento da Companhia em 2003. ■

#### RATINGS

A **Atlantic Rating**, no dia 19 de fevereiro de 2003, rebaixou o rating nacional da Companhia de AA- para A, com perspectiva negativa. Este rebaixamento foi influenciado pelos problemas conjunturais do setor de energia elétrica, como as restrições para obtenção de linhas externas, expectativa de alta da taxa de juros e manutenção da taxa de câmbio em patamares elevados, variáveis prováveis para os próximos meses. Tais variáveis deverão in-

fluenciar negativamente a geração de caixa da Companhia e de seus principais indicadores de cobertura financeira, num momento em que a maioria das empresas do setor necessitam captar recursos de terceiros para fazer frente às suas obrigações financeiras de curto prazo e dar continuidade aos investimentos. Além disso, há a expectativa de recrudescimento do cenário econômico interno e externo com as tensões militares no Oriente Médio, o

#### FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES

Na **Reunião do Conselho realizada em 10 de abril de 2002**, dentre outras deliberações, o Conselho aprovou: (i) que o lucro líquido ajustado do exercício de 2001, no montante de R\$648.102 mil terá a seguinte destinação: (a) o valor de R\$214.650 mil seja distribuído na forma de dividendos, a saber: Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$103.000 mil aos titulares de ações

(*Continua na página 2*)

## Índice

Caracterização da Emissora.....01	Posição da Debênture.....09
Ratings.....01	Agenda de Eventos.....09
Fatos Societários Relevantes.....01	Principais Aspectos do Exercício de 2002.....09
Características da Debênture.....06	Assembléia Geral de Debenturistas.....10
Organograma Societário.....08	Principais Rubricas e Indicadores Financeiros.....12
Obrigações Adicionais da Emissora.....08	Análise de Demonstrativos Financeiros.....14
Destinação dos Recursos.....09	Parecer.....15
	Declaração do Agente Fiduciário.....15

*“Este Relatório Anual foi elaborado com base nas informações prestadas pela companhia emissora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, visando o cumprimento ao disposto no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b” da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do artigo 12 Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983.”*

## FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES (Cont.)

constantes no “Livro de Registro de Ações Nominativas” em 27 de dezembro de 2001; distribuição de dividendos complementares no valor de R\$111.650 mil, complementado o valor citado anteriormente. Os Juros sobre Capital Próprio serão tributados com base na alíquota de 15%, devido o imposto de renda na fonte; (b) o valor de R\$141.280 mil seja mantido no Patrimônio Líquido com a seguinte destinação: R\$22.473 mil correspondendo a 5% do lucro líquido do exercício de 2001 da Emissora, sendo R\$16.442 mil para investimentos sociais no Projeto Lumiar, visando atender os consumidores de baixa renda, inclusive os rurais, e R\$6.031 mil para cobertura financeira das atividades do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais-Indi, relativo ao exercício de 2001; R\$16.200 mil seja aplicado na Cemig PCH S.A.; R\$6.043 mil seja aplicado em futuro aumento do capital da subsidiária Usina Termelétrica Barreiro S.A., com o intuito de honrar os compromissos assumidos nos termos do Contrato celebrado pela referida subsidiária com a Toshiba do Brasil S.A.; R\$17.026 mil para aplicação em investimentos na Empresa de Infovias S.A.; R\$77.000 mil seja destinado para aquisição do controle acionário da Empresa de Infovias S.A. R\$2.538 mil seja aplicado em futuro aumento do capital da subsidiária integral Efficientia S.A., a fim de viabilizar a sua estrutura financeira, administrativa e organizacional, bem como o custeio do seu pessoal e aquisição de equipamentos; (c) R\$292.172 mil, seja mantido no Patrimônio Líquido, com o objetivo de reforçar o Capital Circulante, além de atender necessidades de recursos para investimento em obras de geração, transmissão e distribuição conforme orçamento aprovado; (ii) aprovação do aumento do capital social de R\$1.589.994.984,32 para R\$1.625.635.994,50 com emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da Conta de Resultados a Compensar, correspondente às parcelas pagas pelo Estado de Minas Gerais, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 2,2415800383950%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e de

valor nominal de R\$0,01, e conseqüentemente, reforma do “caput” do artigo 4º do Estatuto Social. Apreciada e aprovada na **Assembléia Geral ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2002.**

Através de **Fato Relevante divulgado em 25 de abril de 2002**, a Companhia Emissora comunicou que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de abril de 2002, autorizou: (i) a negociação com a AES Força e Empreendimentos Ltda., para adquirir sua participação na Empresa de Infovias S/A, correspondente a 50,44% do capital votante, cujo valor será determinado pelo laudo de avaliação contratado junto ao Unibanco, (ii) a negociação com a Latibex, segmento de mercado da Bolsa de Valores de Madrid voltado às empresas da América Latina, para a listagem de ações preferenciais.

Na **Reunião de Diretoria realizada em 08 de maio de 2002** dentre outras aprovações, foi aprovado (i) o Patrocínio incentivado, que consiste na participação da Emissora, com o patrocínio de R\$128.000,00, no projeto “exposição JK, o Estadista da Modernidade”. O projeto encontra-se devidamente cadastrado junto à Lei Federal

*O Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de abril de 2002, autorizou a negociação com a Latibex, segmento de mercado da Bolsa de Valores de Madrid voltado para as empresas da América Latina, para a listagem de ações preferenciais.*

de Incentivo à Cultura; (ii) o programa de ensino médio, com a meta do programa de atender aos 2.727 empregados.

Na **Reunião de Diretoria, realizada em 16 de maio de 2002**, após exame e discussão, foi deliberado encaminhar ao Conselho de Administração proposta referente à autorização para efetuação do depósito para garantia de

débito judicial, relativo aos valores exigidos na Ação de Execução Fiscal – Processo 002402628192-3 (4ª Tribunal Estadual), no montante atual de R\$ 48.412.895,97, com fundamento no parecer jurídico 0632/2002-P, de 14.05.2002.

Através de **Fato Relevante divulgado em 20 de maio de 2002**, a Companhia Emissora comunicou aos seus acionistas, que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de maio de 2002 deliberou pagar juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2002, conforme o artigo 9º da Lei 9.249/95, de 26/12/1995, os quais serão considerados e compensados no cálculo do dividendo obrigatório, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 30 do Estatuto Social, no montante de R\$120.000.000 (cento e vinte milhões de reais), o que corresponde a R\$ 0,74035368743743 por lote de mil ações, sendo que a forma e data do pagamento deverão ser definidas em reunião do referido Conselho a se realizar em data oportuna.

Farão jus ao referido benefício todos os titulares de ações constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas em 23/05/2002, com dedução do Imposto de Renda na Fonte, a alíquota de 15%, nos termos da legislação vigente, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que sejam comprovadamente imunes ou isentas, que deverão comprovar essa condição na forma da lei, encaminhando-nos os documentos comprobatórios dessa imunidade ou isenção até o dia 29/05/2002. Na hipótese de liminar judicial concedida há mais de 30 dias, faz-se necessário que a entidade de previdência privada confirme a eficácia da liminar através de uma certidão do cartório de origem da referida medida.

Na **Reunião do Conselho Fiscal, realizado em 20 de maio de 2002**, inicialmente os Conselheiros Fiscais examinaram a proposta do Conselho de Administração referente ao pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio a ser compensado com o dividendo mínimo obrigatório, nos termos

(Continua na página 3)

## FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES (Cont.)

das leis 6.404/76 e 9.249/75, no montante de R\$120.000.000,00, sendo que a forma e a data do pagamento deverão ser definidas em reunião do Conselho de Administração a realizar-se oportunamente, fazendo jus ao valor acima mencionado todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de maio de 2002. Foi prestado esclarecimentos sobre a metodologia e a memória de cálculo do montante a ser pago como juros sobre o capital próprio. Apresentado os resultados financeiros do 1º trimestre de 2002, tendo abordado, dentre outros, os seguintes tópicos: fatos relevantes em 2002 – indicadores de inflação – balanço energético – evolução do mercado faturado, do consumo e do lucro – tarifa média – resultados acumulados e consolidados – despesas operacionais – receitas, despesas e lucro operacional – ganhos de produtividade – orçamento de caixa – custos com o racionamento – balanço patrimonial – resultado do setor elétrico. Foi prestado esclarecimento adicionais sobre as contingências não provisionadas relativas aos processos envolvendo a Fundação Forluminas de Seguridade Social-Forluz, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego, CONFINS e atos da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, enfatizando, ao final, que conforme consta das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º trimestre/2002 enviadas aos Conselheiros, a Administração, com base em informações dos seus assessores legais, não provisionou recursos para aquelas reclamações.

**Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de maio de 2002,** dentre outras aprovações, foi aprovado (i) a captação de recursos no exterior, visando refinar as obrigações financeiras da Emissora vincendas no período de maio a agosto e parte das vincendas em setembro de 2002, nas seguintes bases principais: Valor do empréstimo: US\$45.586.468,34; Liberação: mensal, a ser acertado com o credor; Credor: Citibank N.A., ABN Real S.A. e Standard Bank plc, através de suas agências externas a serem indicadas; Mo-

dalidade: empréstimo externo nos moldes da Lei 4.131, de 03 de setembro de 1962, e sob a égide da Resolução BACEN 2515, de 29 de junho de 1998; Garantia: Nota Promissória; Prazo: 36 meses, contado da data de cada desembolso; Taxa de Comprometimento: 0,50% a.a. a ser paga sobre o valor não desembolsado, devida na data de cada desembolso; Comissão de Agenciamento e Sindicalização: 1,00% flat sobre o valor de cada desembolso; Despesas Gerais: caso haja, até o limite autorizado pelo Banco Central; Taxa: Libor de 6 meses + 4,25% a.a.; Forma de Pagamento: Principal: 6 parcelas semestrais iguais e consecutivas, vencendo a primeira no sexto mês a contar da data de cada desembolso; Juros: computados com base de 360 dias, pagos semestralmente junto com o principal. Para atendimento ao dis-

*Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de maio de 2002, foi aprovada a captação de recursos no exterior, visando refinar as obrigações financeiras da Emissora vincendas no período de maio a agosto e parte das vincendas em setembro de 2002.*

posto na Resolução BACEN 2515/98, serão abertas 2 contas vinculadas em uma instituição financeira federal, uma delas objetivando a internação dos recursos no pagamento das obrigações a serem refinanciadas e a outra para provisão mensal dos recursos correspondentes para garantir o pagamento do principal e dos juros.

**Na Reunião de Diretoria, realizada em 28 de maio de 2002,** dentre outras aprovações, foi aprovado (i) a celebração de convênio com a Usina Térmica Ipatinga S.A., pelo período de 48 meses tendo por objeto a realização dos serviços necessários à sua plena gestão (contabilidade, finanças, patrimônio, relações institucionais, jurídica, etc), no valor anual de R\$36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais) e valor total de R\$147.600,00 (cento e quarenta e sete mil e seiscentos reais);

(ii) contratação de obras/serviços de construção e extensão, manutenção, reforma e melhoramento do sistema elétrico, poda de árvores, ramal de serviço aéreo, desligação e religação de consumidores, no âmbito de atuação da Gerência de Serviços de Campo de Passos-CO/PS, especificamente na Região de Formiga, pelo prazo 12 meses, renovável até 24 meses, ao custo total estimado de R\$ 3.480.000,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta mil reais), na modalidade Concorrência; (iii) realinhamento de preços de contratos – renegociar imediatamente com as empresas contratadas para a prestação dos serviços de construção, extensão, reforma e melhoramento de redes de distribuição aérea-RDA e recuperação de sistema elétrico, visando a revisão dos preços contratuais em vigor, aplicando-se os reajustes diferenciados, variando de 10% a 23,79%, limitado ao prazo de 06 meses e ao preço máximo da Unidade de Serviço-US a R\$262,00 (duzentos e sessenta e dois reais), observando-se a necessidade de se manterem inalteradas as condições efetivas de cada proposta, devendo as alterações serem formalizadas por termos aditivos; (iv) eleição dos Conselhos Deliberativos e Fiscal da Forluz.

**Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de julho de 2002,** (i) o Conselho aprovou a abertura de Processo Administrativo de Licitação, na modalidade Concorrência, para a contratação da substituição da garantia, no prazo de seis meses; (ii) o Conselho autorizou a criação de uma empresa comercializadora CEMIG, subsidiária integral, com objetivo de desenvolver atividades com fins comerciais relacionadas com energia em todas as suas modalidades, manifestações e produtos correlatos à comercialização, considerando os aspectos físicos, financeiros e operacionais de tais atividades, com vistas a criar, viabilizar e concretizar negócios que resultem na minimização de riscos e garantam resultados satisfatórios para os consumidores e acionistas da CEMIG. A criação efetiva desta empresa estará condicionada à aprovação da Agência Na-

*(Continua na página 4)*

## FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES (Cont.)

cional de Energia Elétrica-ANEEL; **(iii)** autorizou a captação de recursos no exterior, visando refinarar obrigações financeiras da CEMIG vincendas no período de setembro (parte) a dezembro/2002 e as vincendas em 2003, cujas condições e modalidades de captação dos recursos serão aquelas julgadas compatíveis com as pretensões da Empresa, dentre as opções oferecidas pelo mercado na época da(s) respectiva(s) captação(ões); **(iv)** O Conselho rerratificou a PRCA-038/2002, autorizando a celebração dos seguintes instrumentos relacionados à participação da CEMIG no Leilão ANEEL 002/2002 – Outorga de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica para Construção, Operação e Manutenção de Instalações de Transmissão da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, Lote “G”, LT Itumbiara/Marimondo: a) Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio com as empresas Delp Engenharia Mecânica Ltda., Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. e Inelto S.A. Construções e Comércio. **(v)** O Conselho destinou 0, 25% da Receita Operacional Líquida anual da CEMIG para o desenvolvimento de projetos objetivando incrementar a eficiência no uso final de energia elétrica, incluindo ações de marketing e de projetos de combate ao desperdício de energia elétrica, bem como aprovar a abertura do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação para Celebração de Convênio, pelo período de sessenta meses, entre a CEMIG e Efficientia S.A., para, com essa finalidade, possibilitar a execução, sem exclusividade de contratação da Efficientia S.A. pela Companhia, e ao preço de mercado mais favorável à CEMIG, da prestação de serviços solicitados à Empresa pelos seus clientes, em especial nas áreas de eficiência e soluções energéticas, incluindo as atividades de: serviços de eficiência e soluções energéticas, através de elaboração de estudos e execução de projetos de engenharia; gestão energética e de utilidades nas suas mais variadas formas, incluindo o suprimento energético e a prestação de serviços correlatos; serviços de automação e medição para otimização energética e controle de processos; gerenciamento de contratos de com-

pra e venda de energéticos e de utilidades para clientes; realização de estudo para melhoria de confiabilidade de fornecimento no uso final (qualidade e interruptabilidade); serviços de comissionamento, operação e manutenção em instalações de suprimento e uso de energia e de utilidades; consultoria em sistemas de energia, gestão ambiental e da qualidade; elaboração de projetos dentro de sua área de atuação para viabilizar a obtenção de financiamento à clientes. O referido ajuste deverá ser submetido à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, nos termos da Resolução ANEEL No. 022/99.

*O Conselho em 04 de julho de 2002 autorizou a criação de uma empresa comercializadora CEMIG, com objetivo de desenvolver atividades com fins comerciais relacionadas com energia em todas as suas modalidades, manifestações e produtos correlatos à comercialização, com vista a criar, viabilizar e concretizar negócios que resultem na minimização de riscos e garantam resultados satisfatórios para os consumidores e acionistas da CEMIG.*

Na **Reunião do Conselho realizada em 29 de agosto de 2002**, dentre outras deliberações, o Conselho aprovou: **(i)** a abertura de Processo Administração de Licitação, bem como a contratação de Seguro de Riscos de Engenharia, Funcionamento Operacional, P Risco Absoluto, contratação direta, sem interveniência de corretores, para garantir danos materiais, cobertura All Risks decorrente de qualquer acidente que possa resultar em perdas, danos e avarias aos geradores, turbinas e caldeira da usina Térmica de Igarapé e equipamentos de potência de transmissão e distribuição, pelo prazo de doze meses, prorrogável por até sessenta meses, na modalidade Concorrência; **(ii)** a abertura de Processo Administrativo de Licitação, bem como a contratação

dos serviços complementares da implantação do Aproveitamento Hidrelétrico de Irapé, pelo prazo de quarenta meses, na modalidade Concorrência. **(iii)** a revisão do Plano de Negócios da Empresa de Infovias S.A.; **(iv)** a celebração de Contrato de Aporte para Futuro Aumento de Capital entre a Emissora e a Empresa de Infovias S.A.; **(v)** rerratificação do Acordo de Acionistas da Infovias, de 17 de julho de 2002; **(vi)** a determinação de imediatas providências por parte da Emissora e da Infovias, objetivando a busca de novos parceiros para o empreendimento da Way TV Belo Horizonte S.A.; **(vii)** a celebração, como Consórcio Funil, de Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, pelo prazo de dez anos.

Na **Reunião do Conselho realizada em 23 de outubro de 2002**, o Conselho autorizou: **(i)** a celebração do 3º Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar-CRC com Estado de Minas Gerais, visando ao rescalonamento do débito contratual a ser apurado em 31 de dezembro de 2002, compreendendo as parcelas do principal, devidamente atualizadas, os juros e os encargos moratórios calculados nos termos do Contrato CRC e seu 1º Termo Aditivo, em 149 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela em 01 de janeiro de 2003 e a última em 01 de maio de 2015. A garantia da operação será a retenção de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio a que fizer jus o Estado de Minas Gerais, pela participação no capital social da Emissora, deduzidas as suas obrigações relativas ao empreendimento da Usina Hidrelétrica de Irapé, além das garantias previstas no Contrato CRC; **(ii)** a celebração de Contrato Particular de Cessão de Crédito entre a Emissora e o BNDES, com a interveniência do Estado de Minas Gerais, objetivando a cessão das 149 parcelas do Contrato CRC, cabendo à Emissora custear ou ressarcir à União todas as despesas comprovadamente feitas com a negociação, formalização e implementação da garantia contratual, devendo o tex-

*(Continua na página 5)*

## FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES (Cont.)

to final do contrato acima mencionado ser submetido à aprovação do Conselho de Administração antes da sua assinatura; (iii) a contratação de financiamento com a Eletrobrás, para cobertura de parte das perdas de faturamento em decorrência da reclassificação de consumidores de baixa renda; (iv) a contratação de empréstimo no exterior destinado ao refinanciamento da obrigação financeira com o Banco do Brasil AG-Viena, sendo credor o Banco do Brasil S.A. por meio de uma de suas subsidiárias ou agências no exterior, bem como o pagamento de custo adicional, na forma a ser acertada com o Banco; (v) a abertura de Processo Administrativo de Licitação para a contratação de empresa de auditoria independente para prestação de serviços de auditoria à Emissora.

**Na Reunião do Conselho realizada em 29 de novembro de 2002,** o Conselho aprovou: a projeção de resultados da Emissora que fundamenta o registro contábil dos ativos fiscais diferidos no montante de R\$686.071 mil, conforme recomendado pela Instrução CVM 371/2002. O Conselho autorizou: (i) o aporte de recursos no Programa de Investimentos da Companhia de Gás de Minas Gerais, para futuro aumento de capital naquela Empresa, no montante de R\$5.508.787,77, durante o exercício de 2003, correspondente à distribuição de Juros sobre o capital Próprio referente ao exercício de 2002, que será deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária da Gasmig a realizar-se oportunamente; (ii) o aporte para futuro aumento de capital na Empresa de Infovias S.A., no valor de R\$22.860.000,00, destinado à Conta de Reserva para Serviço da Dívida, visando o cumprimento de obrigação contratual assumida pela Infovias no âmbito da operação financeira contratada junto à MBK Furukawa Sistemas S.A. e Unibanco-União de Banco Brasileiros S.A., em 06 de outubro de 2000; (iii) abertura de Processo Administrativo de Licitação, bem como a contratação dos serviços de leitura de medidores de consumo em kWh, do Grupo “B”, através de microcoletoras

credenciadas, de serviços de coordenação e estruturação do lançamento de debêntures simples pela Emissora, no valor de R\$400 milhões, a ser aplicado, no ano de 2003, no programa de investimentos da Emissora e no alongamento do perfil de sua dívida, retornando a matéria ao Conselho de Administração, devidamente instruída, para deliberação final; (ii) a abertura de Processo Administrativo de Licitação, bem como a contratação dos serviços de leitura de medidores de consumo em kWh, do Grupo “B”, através de microcoletoras de dados, no âmbito de atuação da Gerência de Faturamento e Arrecadação, Regiões de Juiz de Fora e Governador Valadares, pelo prazo de doze meses, prorrogável até sessenta meses, na modalidade Concorrência. O Conselho cancelou: a PRCA -075/2002 e autorizou a contratação de dois financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinados ao pagamento das obrigações da Emissora no Mercado Atacadista de Energia-MAE, no valor a ser definido pelo Ministério de Minas e Energia-MME, limitado ao saldo devedor da Empresa contabilizado pelo MAE, sendo um referente ao Programa de Geração e outro referente ao Programa de Distribuição. O Conselho ratificou: (i) as assinaturas do Convênio nº CRT/MG/10.000-1, do seu Primeiro Termo e do seu Segundo Termo Aditivo, firmados entre a Emissora, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e o Instituto do Estado de Minas Gerais-ITER, para execução de obras de eletrificações em unidades consumidoras relativas ao assentamento de famílias no Estado de Minas Gerais - Programa LUMIAR. (ii) a celebração do Primeiro Aditivo e autorizou a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações, celebrado entre a Empresa de Infovias S.A. e a Emissora.

res de dados, no âmbito de atuação da Gerência de Faturamento e Arrecadação.

**Na Reunião de Diretoria, realizada em 17 de dezembro de 2002,** dentre outras deliberações, foi aprovado encaminhar ao Conselho de Administração a matéria sobre o Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio – tendo em vista o disposto no parágrafo P do artigo 30 do Estatuto Social, proposta referente ao pagamento aos acionistas de Juros sobre o Capital Próprio a ser compensado com o dividendo mínimo obrigatório, nos termos das Leis 6404/76 e 9249/75, no montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo que a forma e data do pagamento deverão ser definidas pela Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 30 de abril de 2003, fazendo jus ao valor acima mencionado todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27 de dezembro de 2002. Tal proposta foi aprovada, por unanimidade, na **Reunião do Conselho, realizada em 19 de dezembro de 2002.**

**Na Reunião do Conselho realizada em 19 de dezembro de 2002,** dentre outras deliberações, o Conselho aprovou: (i) a proposta orçamentária para 2003, bem como os indicadores para acompanhamento e monitoramento do planejamento anual e plurianual, constantes do sistema de controle e acompanhamento da Diretoria, para o período 2003 a 2007; (ii) o novo orçamento para o Aproveitamento Hidrelétrico de Funil, contemplando o pagamento a ser feito à Companhia Ferroligas de Minas Gerais – Minasligas e à Mineração Rio Novo Ltda. pelos estudos e investimento realizados no desenvolvimento do empreendimento, antes do início da construção, conforme Anexo II do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Constituição de Consórcio do AHE Funil, firmado em 14 de junho de 2000, continuando a participação da Emissora no empreendimento em 49%. O Conselho autorizou: (i) a realização de procedimento administrativo preparatório destinado à identificação e seleção de proposta de menor custo financeiro para a realização, por instituições finan-

ceiras credenciadas, de serviços de coordenação e estruturação do lançamento de debêntures simples pela Emissora, no valor de R\$400 milhões, a ser aplicado, no ano de 2003, no programa de investimentos da Emissora e no alongamento do perfil de sua dívida, retornando a matéria ao Conselho de Administração, devidamente instruída, para deliberação final; (ii) a abertura de Processo Administrativo de Licitação, bem como a contratação dos serviços de leitura de medidores de consumo em kWh, do Grupo “B”, através de microcoletoras de dados, no âmbito de atuação da Gerência de Faturamento e Arrecadação, Regiões de Juiz de Fora e Governador Valadares, pelo prazo de doze meses, prorrogável até sessenta meses, na modalidade Concorrência. O Conselho cancelou: a PRCA -075/2002 e autorizou a contratação de dois financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinados ao pagamento das obrigações da Emissora no Mercado Atacadista de Energia-MAE, no valor a ser definido pelo Ministério de Minas e Energia-MME, limitado ao saldo devedor da Empresa contabilizado pelo MAE, sendo um referente ao Programa de Geração e outro referente ao Programa de Distribuição. O Conselho ratificou: (i) as assinaturas do Convênio nº CRT/MG/10.000-1, do seu Primeiro Termo e do seu Segundo Termo Aditivo, firmados entre a Emissora, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e o Instituto do Estado de Minas Gerais-ITER, para execução de obras de eletrificações em unidades consumidoras relativas ao assentamento de famílias no Estado de Minas Gerais - Programa LUMIAR. (ii) a celebração do Primeiro Aditivo e autorizou a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações, celebrado entre a Empresa de Infovias S.A. e a Emissora.

**Na Reunião do Conselho realizada em 11 de fevereiro de 2003,** dentre outras deliberações, foi aprovado:

*(Continua na página 6)*

## FATOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES (Cont.)

(i) celebração de Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Assunção de Compromisso e de Acordo de Encontro de Contas entre a Emissora e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – no qual a Emissora se compromete a transferir para a CSN o montante de R\$10.600.886,22 (dez milhões, seiscentos mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos).

(ii) Acordo de Encontro de Contas entre a Emissora e a CSN, nos autos da Ação de Consignação em Pagamento que a CSN move em face da Emissora, conforme encontro de contas envolvendo as faturas de transporte de energia elétrica nos meses de janeiro/99 a janeiro/03, os depósitos judiciais feitos pela CSN e levantados pela Emissora, os valores referentes à energia de contingenciamento de Igarapava

de janeiro/99 a outubro/99, os excedentes de energia de Igarapava nos meses de abril/99 a agosto/99. Neste acordo, a Emissora é credora de uma quantia de R\$418.186,61 (quatrocentos e dezoito mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos), que será atualizada desde 1º de janeiro de 2003. A Superintendência de Relacionamento Comercial com Clientes Corporativos-RL tomará as providências para a formalização dos acordos.

Em 14 de abril de 2003, a Emissora publicou **Convocação para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2003**, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

(i) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstra-

ções Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, bem como dos respectivos documentos complementares;

(ii) distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil), conforme anteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, a serem pagos a título de dividendos;

(iii) definição da forma e data do pagamento dos juros sobre o capital próprio;

(iv) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração;

(v) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração;

(vi) fixação da remuneração dos Administradores da Emissora. ■

## CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE

**Registro CVM:** Às 1ª e 2ª Séries de Debêntures desta 1ª Emissão de Debêntures foi concedido o registro pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 03 de dezembro de 2001, respectivamente, sob os nº CVM/SRE/DEB/2001-080 e 81;

**Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das debêntures é 01 de novembro de 2001;

**Data de Vencimento:** O vencimento das debêntures da 1ª Série será em 01 de novembro de 2009. O vencimento das debêntures da 2ª Série será em 01 de novembro de 2011. Por ocasião de cada data de vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures da respectiva série que ainda estejam em circulação, pelo valor nominal atualizado, se for o caso, valor nominal, acrescido dos juros remuneratórios;

**Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Foram emitidas 62.500 (sessenta e duas mil e quinhentas) debêntures, sendo 31.250 (trinta e uma mil, duzentas e cinquenta) relativas a 1ª Série, e 31.250 (trinta e uma mil, duzentas e cinquenta) relativas a 2ª Série;

**Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão é de R\$625.000.000,00 (seis-

centos e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão;

**Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão;

**Forma e Espécie:** As debêntures são da forma nominativa escritural, não endossáveis, da espécie sem garantia nem preferência (quirografia);

**Mecanismo Alternativo de Pagamento:** Na hipótese de não pagamento pela Emissora de qualquer valor devido com relação às debêntures nos termos da escritura nas respectivas datas de vencimento e sem prejuízo do disposto nos itens 4.4 e 4.9.3, ambos previstos na Escritura de Emissão, todo e qualquer valor devido em razão das debêntures, vencidos e não pagos, nas datas estabelecidas, terão Poder Liberatório e poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, para pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, mediante dação em pagamento pelos debenturistas do crédito representado pelos valores devidos em razão das debêntures, contra o débito representado pela fatura de fornecimento de energia elétrica cobrada pela Emissora. Os cri-

térios para utilização do Poder Liberatório estão nas Cláusulas VI e VII da Escritura de Emissão;

**Conversibilidade:** As debêntures não são conversíveis em ações;

**Atualização do Valor Nominal:** Durante o Primeiro Período de Vigência de Remuneração, ambas as séries terão o Valor Nominal das debêntures atualizado pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis*, com base em um ano de 360 dias corridos. O Primeiro Período de Vigência da Remuneração das debêntures terá início, para ambas as séries, na Data de Emissão e vencimento, para a 1ª Série, em 01 de novembro de 2005 e, para a 2ª Série, em 01 de novembro de 2006.

A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;

**Juros Remuneratórios:** Durante o Primeiro Período de Vigência de Remuneração de ambas as séries, as debêntures farão jus, a partir da Data de Emissão, a Juros Remuneratórios de 12,70%

(Continua na página 7)

## CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO (Cont.)

a.a., base 360 dias corridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado. A remuneração definitiva das debêntures das duas séries foi determinada em processo de bookbuilding realizado em 13 de novembro de 2001, e aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 19 de novembro de 2001. Os Juros Remuneratórios serão pagos aos debenturistas anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005 para as duas séries, e para a 2ª Série, também em 1º de novembro de 2006;

**Repactuação:** Define-se como “Período de Vigência de Remuneração” o intervalo de tempo em que permanecem constantes as condições de atualização do valor nominal e os juros remuneratórios das debêntures. Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições de repactuação das debêntures que vigorarão durante o(s) subsequente(s) período(s) de Vigência de Remuneração. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação das debêntures serão comunicadas pela Emissora por intermédio de publicação, até 15 dias úteis antes do encerramento de cada período de Vigência de Remuneração, informando:

a) o prazo do próximo período de vigência da remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;

b) as condições da remuneração e atualização monetária, se houver, a vigor durante o próximo período de vigência da remuneração;

c) as datas de vencimento de juros. Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o próximo Período de Vigência da Remuneração ou tais condições não sejam publicadas pela Emissora, os debenturistas poderão, entre o 15º e o 5º dias úteis (inclusive) anteriores à data de repactuação, manifestar, através de informação ao respectivo sistema de custódia onde estiverem vinculados, sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o Vencimento Antecipado das debêntures.

**Negociação:** As debêntures foram registradas para negociação junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, custodiada na CBLC.

**Banco Mandatário:** Banco Itaú S.A.;

**Código na CETIP:** CMIG11 e CMIG21;

**Pagamento do Principal:** O valor integral do principal das debêntures será pago nas datas de vencimento das respectivas séries, ou seja, 1º de novembro de 2009 para a 1ª Série e 1º de novembro de 2011 para a 2ª Série;

**Publicidade:** Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição do jornal “O Estado de São Paulo”, na página da Emissora na Internet (<http://www.cemig.com.br>), bem como no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Hoje em Dia”, exceção feita aos anúncios de Início e Encerramento de Distribuição, que serão publicados apenas na edição nacional do jornal “Valor Econômico”;

**Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios, observado o disposto no artigo 55, da Lei 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado;

**Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Emissão, e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal acrescido da Remuneração, na ocorrência dos seguintes fatos:

a) o não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de venci-

mento;

b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas e/ou Subsidiárias, se for cancelado ou ainda se foram prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

c) pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Emissora ou por qualquer uma de suas Subsidiárias;

d) extinção, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas Subsidiárias;

e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, incluindo a não publicação das condições de repactuação que se refere no item 4.2 da Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

f) se a Emissora (ou qualquer uma de suas Subsidiárias) deixar de pagar, injustificadamente, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora (ou qualquer uma de suas Subsidiárias) segundo qualquer acordo de qual ela seja parte como mutuária ou avalista, envolvendo quantia igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora (ou qualquer uma de suas Subsidiárias), em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou não, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas na Escritura de Emissão;

h) privatização, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer for-

(Continua na página 8)

## CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO (Cont.)

ma de reorganização societária, envolvendo a Emissora e/ou seus ativos, exceto se essa reorganização societária ocorra respeitado o disposto na Cláusula XI da Escritura de Emissão;

i) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e / ou por qualquer uma de suas Subsidiárias;

j) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o mecanismo Alternativo de Pagamento – Poder Liberatório. ■

liários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o mecanismo Alternativo de Pagamento – Poder Liberatório. ■

\*As características estão de acordo com a Escritura Particular de Emissão, bem como, seu Primeiro Aditivo, firmado em 27 de novembro de 2001.

## OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

Tendo em vista o disposto na alínea “j” do subitem 8.1.1, do item 8 da Cláusula VIII da Escritura de Emissão, a Emissora nos prestou as informações descritas abaixo, com a data base de

31 de dezembro de 2002:

### Montantes das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias

Tributos e Contribuições Sociais	144.504
Salários e Contribuições Sociais	107.295
Obrigações Pós -Emprego	1.837.480
<b>Total</b>	<b>2.089.279</b>

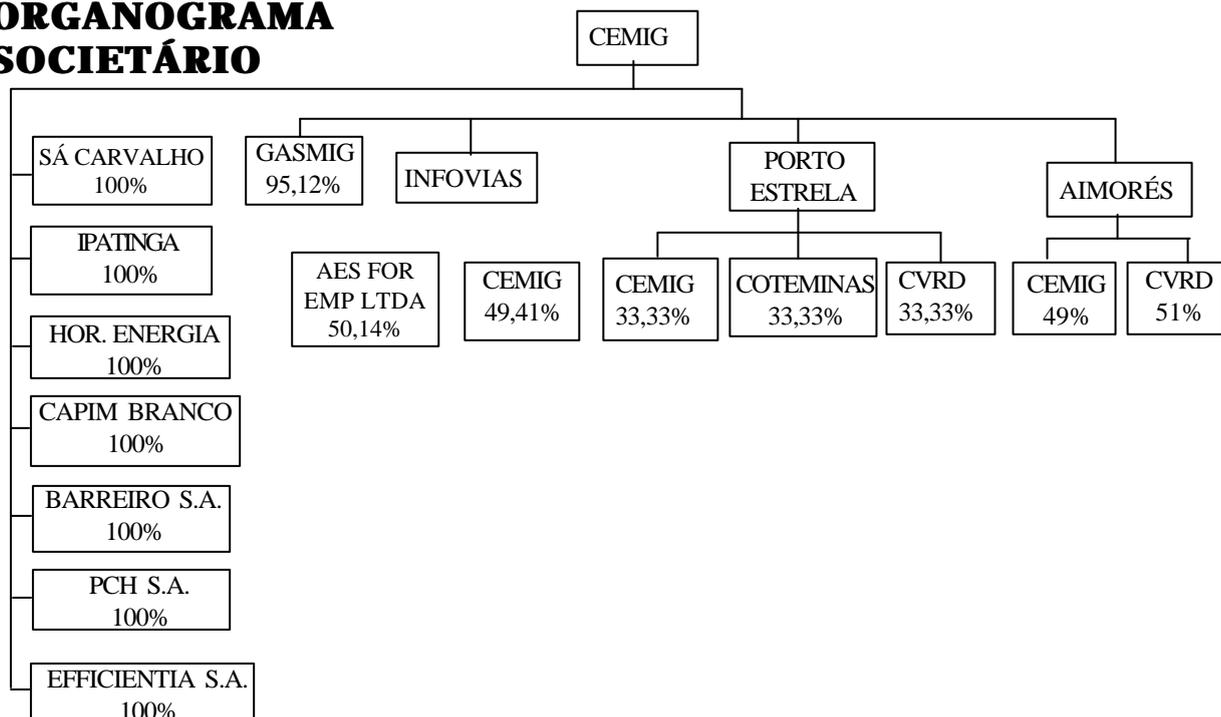
### Montante das Duplicatas Descontadas e Títulos Caucionados

Informamos que a Emissora não possui duplicatas descontadas, nem títulos caucionados. ■

### Montante dos Bens Gravados com Garantia Real

Descrição do Bem Penhorado	Processo n°	Tipo de Ação	Autor	Vr. Gar. R\$
Terreno Universidade Uberaba	416/00	Execução	Cícero Cordeiro	18.443,25
	90223/01		Darci Americo da Silva	95.138,68
	2376/97		Hélio Alves de Souza	25.944,51
	1606/00		Ismar Jorge	53.389,61
	1635/00		Ismar Jorge	39.127,65
	2192/96		Jones Ribeiro	22.697,15
	792/99		José Lemos Ramos	29.322,81
	792/99		Onofre Clemente Rezende	800
Rua Itambé, 114 – Floresta	1998.38.00.030153-4	Execução	Município de B. Repouso e outros	409.393,95
	1998.38.00.014351-2	Execução	Município de S. J. do Goiabal e outros	1.717.497,03
	024.97.007.924-0	Execução Fiscal – ISS	Fazenda Municipal	1.890.617,00
	024.01.016.890-4	Execução Fiscal – ITCD	Fazenda Estadual	5.000.000,00
	024.00.012.320-8	Execução Fiscal – ITCD	Fazenda Estadual	5.000.000,00
	2002.19529-1	Cobrança	LATASA – Latas de Alumínio S.A.	12.914.132,24
	99.37466-0	Repet. Indébito	BMB – Belgo Mineiro Bekaert	615.293,34
	024.96.034.272-3	Repet. Indébito	Aylton Baccarini / Destilaria Sta. Maria	880.145,04
Av. Silva Lobo, 280 – Calafate	024.997.007.924-0	Execução Fiscal ISS	Fazenda Municipal	318.118,00
	2001.28.00.011255-7	Execução Fiscal ISS	Município Brasópolis e Outros	1.870.295,53
Rua Agenérica Araújo, s/nº - V. Virgínia	2002.3800.007229-5	Execução	Município de Ponte Nova e outros	399.072,08
	024.97.007.924-0	Execução Fiscal ISS	Fazenda Municipal	303.172,00
Av. Barbacena, 1219 – Santo Agostinho	024.97.007.924-0	Execução Fiscal	Fazenda Municipal	1.785.099,00
Av. Barbacena, 1219 – Santo Agostinho	024.01.016.890-4	Execução Fiscal – ITCD	Fazenda Estadual	1.785.099,00
Av. Barbacena, 1219 – Santo Agostinho	28/901185/2002	Execução	Odilon de Oliveira Gross	157.884,20
Av. Barbacena, 1219 – Santo Agostinho	90138/2002	Execução	Erivelton Beliene de Souza	164.019,37
Av. Barbacena, 1219 – Santo Agostinho	433.02.047848-6	Execução	Florisvaldo Barbosa de Souza	447.174,00
Av. Barbacena, 1219 – Santo Agostinho	90277/02	Execução	José Alfredo de Oliveira	52.256,46
Av. Barbacena, 1200 – 7	90277/01	Execução	José Alfredo de Oliveira	77.645,00
Rua Poço Branco, 21 – São Gabriel	024.97.007.924-0	Execução Fiscal ISS	Fazenda Municipal	971.606,00
Rua Poço Branco, 21 – São Gabriel	024.01.016.890-4	Execução Fiscal - ITCD	Fazenda Estadual	971.606,00
Av. do Canal – Barreiro de Baixo	024.97.007.924-0	Execução Fiscal ISS	Fazenda Municipal	462.913,00
Av. do Canal – João Paulo II	024.01.016.890-4	Execução Fiscal ITCD	Fazenda Estadual	1.862.220,00
Loteamento Av. Barbacena c/ Alv. Peixoto	024.98.108.436-1	Execução	Marilena Maura dos Santos	1.427.398,00
Rua Haley – Santa Lúcia	15.858/92	Execução	Dalva Campos Santana	30.000,00

## ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



## POSIÇÃO DA DEBÊNTURE

### 1ª Série

Data	V. N. + IGPM	Juros	Preço Unitário
31/12/2002	R\$ 12.681,490000	R\$ 255,230000	R\$ 12.936,722559
31/12/2001	R\$ 10.131,647946	R\$ 203,913578	R\$ 10.335,561525

Data	Debêntures em Circulação	Debêntures em Tesouraria	Total em Circulação
31/12/02	31.250	0	R\$ 404.272.579,96
31/12/01	31.250	0	R\$ 322.986.297,65

### 2ª Série

Data	V. N. + IGPM	Juros	Preço Unitário
31/12/2002	R\$ 12.681,489847	R\$ 255,232711	R\$ 12.936,722559
31/12/2001	R\$ 10.131,647946	R\$ 203,913578	R\$ 10.335,561525

Data	Debêntures em Circulação	Debêntures em Tesouraria	Total em Circulação
31/12/02	31.250	0	R\$ 404.272.579,96
31/12/01	31.250	0	R\$ 322.986.297,65

## AGENDA DE EVENTOS

### A) EVENTOS OCORRIDOS EM 2002:

#### 1ª Série

Data	Evento	Valor Unitário
01/11/02	Pagamento de Juros	R\$ 1.499,310813

#### 2ª Série

Data	Evento	Valor Unitário
01/11/02	Pagamento de Juros	R\$ 1.499,310813

### B) EVENTOS A SEREM REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2003:

#### 1ª e 2ª Série

Data	Evento
01/11/03	Pagamento de Juros

## PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2002

Inicialmente, mostra-se oportuno ressaltar que a produção da indústria brasileira apresentou crescimento de 2,4% em 2002, comparada à igual período de 2001, resultado, principalmente, do crescimento:

- (i) das exportações;
- (ii) de 10,7% da atividade extrativa mineral; e
- (iii) de 7,9% da agroindústria. Por sua vez, o Produto Interno Bruto PIB cresceu 1,52%, ligeiro crescimento em relação ao resultado de 1,42% registrado em 2001. A balança comercial apresentou superávit de US\$13,1 bilhões em 2002, contra US\$2,6 bilhões em 2001, respondendo à elevação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

O exercício de 2002 foi marcado pelo

término do racionamento, período no qual foi registrada uma economia de 26 milhões de MWh. Assim sendo, as empresas geradoras do setor elétrico de uma forma geral vislumbravam o início do processo de retomada da produção, valendo destacar que tal retomada fora favorecida pelos elevados níveis pluviométricos registrados no ano em questão, de forma que as boas condições hidrográficas proporcionaram tranquilidade em relação à normalidade das operações de produção hidrelétrica. Entretanto, o período de racionamento supracitado ocasionou mudanças nos hábitos de consumo da população, situação essa que aliada à instabilidade da economia brasileira verificada no exercício em questão, fizeram com que o consumo de energia

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

De acordo com a declaração prestada pela Emissora a este Agente Fiduciário, os recursos obtidos com a emissão das debêntures estão sendo destinados ao financiamento de empreendimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive para implementação de projetos envolvendo parcerias com empresas do setor privado.

Esclarecemos que a Emissora não está obrigada a direcionar quantias específicas para projetos específicos e poderá realocar os recursos obtidos com a emissão das debêntures da forma mais eficiente entre esses projetos ou em outros projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que venham a ser desenvolvidos no futuro.

Os recursos captados foram depositados em uma conta específica aberta junto ao Banco Itaú, conforme correspondência CR/FJ-16.847/2001, de 03 de dezembro de 2001.

Dos recursos captados com esta emissão, R\$578,5 milhões já foram utilizados até dezembro/2002. Os valores referentes a estes gastos foram apurados de acordo com os lançamentos contábeis da Emissora, os quais obedecem as regras estabelecidas no Plano de Contas da ANEEL. ■

do país fosse mantido em níveis baixos, com ligeiro crescimento de 2,6% em relação ao exercício de 2001, porém, inferior em cerca de 5,3% quando comparado ao exercício de 2000. Após o término do programa, foi possível observar que o racionamento criou novos hábitos no uso de energia, de modo que o nível de consumo geral registrou queda no exercício em torno em 15%, refletindo-se negativamente sobre o fluxo de caixa de empresas ligadas ao setor.

Por sua vez, o setor elétrico ainda foi prejudicado pelo cenário macroeconômico, o qual caracterizou-se pela turbulência no mercado financeiro, in-

(Continua na página 10)

## PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2002 (Cont.)

fluenciado por diversos fatores com destaque:

(i) ao período de sucessão presidencial, provocando instabilidade no campo político e econômico, o qual foi responsável pela retração dos investimentos estrangeiros no país representado pela queda de 26,2% (US\$16,6 bilhões em 2002 contra US\$22,5 bilhões verificado em 2001); e

(ii) a forte desvalorização da moeda nacional que atingiu em seu maior patamar máximo 70,45%, acarretando a elevação das taxas inflacionárias.

Em termos setoriais, além do contexto desfavorável descrito no parágrafo anterior, o setor elétrico ainda enfrentou os problemas remanescentes do período de racionamento de energia elétrica, indefinições do campo regulatório, fuga de investimentos estrangeiros, mudanças repentinas nas prioridades do governo e descumprimento dos contratos pré-estabelecidos.

### GÁS NATURAL (Vendas)

Inserido nesse contexto, o Sistema CEMIG vendeu 35.634 GWh de energia para seus consumidores finais no ano de 2002, o que correspondeu a um crescimento de 1,97% em relação ao exercício de 2001. Em termos de mercado, dentre os fatores que inibiram uma evolução maior no volume de energia vendida, vale destacar:

(i) vigência do Programa de Racionamento até o mês de fevereiro de 2002; e

(ii) entrada em operação de investimentos em geração própria realizados por consumidores industriais.

## ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

No exercício de 2002 não foram realizadas Assembléias de Debenturistas.

### Distribuição do Volume Vendido

Classe de Consumo	(%) do Volume de Energia Faturada	Variação (%) 2002 / 2001	(%) da Receita com Fornecimento de Energia
Classe Residencial	17.85%	-1.78%	32.82%
Classe Comercial	9.21%	0.45%	14.50%
Classe Industrial	61.48%	2.60%	40.16%
Classe Rural	4.78%	8.43%	4.62%
Outros	6.68%	34.83%	7.90%

Como informações adicionais, foram ligados 179.418 novos consumidores, sendo 163.515 na área urbana e 15.903 na área rural, totalizando 5.591.488 consumidores ao final do exercício de 2002, de forma que o atendimento praticamente atingiu 100% dos consumidores urbanos e 85% dos consumidores rurais. A razão Consumidores por Empregado alcançou a marca de 496 consumidores/empregados, representando aumento de 3,55% em relação ao ano anterior.

A Companhia produziu 43,77% das suas necessidades de energia elétrica (40,75% em 2001), que, acrescidos dos 25,79% representados pela compra de energia de Itaipu, atingem 70% do requisito de energia elétrica. Com relação às tarifas, o reajuste no mês de abril de 2002 foi de 10,51%, sendo que 9,18% decorrente do resultado da aplicação da fórmula paramétrica e 1,33% da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A – CVA.

No tocante as vendas de gás natural, no exercício de 2002, a GASMIG obteve um volume de vendas de cerca de 400 milhões de m<sup>3</sup> de gás, com crescimento de 17% em relação ao ano anterior, tendo atendido 102 empresas, além de 46 postos de gás natural veicular e duas usinas térmicas.

Ainda assim, apesar das incertezas políticas e econômicas, a Companhia prosseguiu com os projetos de aumento da capacidade de geração própria de energia, tendo investido cerca de R\$1.176,0 milhões, sendo R\$485,0 milhões para expandir o sistema de geração, R\$59,0 milhões no parque de transmissão, R\$435,0 milhões em transmissão e distribuição, e R\$197,0 milhões nos negócios de gás, telecomunicações, eficiência energética e outros. Dentre os investimentos destacam-se:

### GERAÇÃO

O Sistema CEMIG possui 46 usinas, sendo 42 hidrelétricas, 3 térmicas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 5.704 MW. Além das obras em andamento das usinas hidrelétricas de Queimado, Funil e Aimorés, foram iniciadas em abril de 2002, a construção das usinas de Irapé e Pai Joaquim, e, também, a Usina Termelétrica Barreiro, de forma que foi atingida a marca histórica de construção simultânea de 6 usinas, sendo 5 hidrelétricas e 1 termelétrica.

(i) Usina de Funil - empreendimento cuja capacidade é de 180 MW, e está sendo implantado no alto curso do rio Grande, entre os municípios de Perdões e Lavras. O início de suas obras ocorreu em setembro de 2000, e em dezembro de 2002 foi iniciada a operação comercial da Unidade 1, sendo que as duas unidades restantes deverão entrar em operação comercial no primeiro trimestre de 2.003.

(ii) Usina de Queimado - com potência de 105 MW, está localizada no rio Preto, abrangendo as áreas dos municípios de Unai e Cabeceira Grande, em Minas Gerais, e Cristalina, em Goiás. As obras foram iniciadas em agosto de 2000 e a geração comercial da primeira unidade está prevista para abril de 2003.

(iii) Usina de Aimorés - com 330 MW de capacidade instalada, está sendo implantada no rio Doce, no município de Aimorés, em Minas Gerais. Será a maior hidrelétrica do leste de Minas Gerais, cujas obras foram iniciadas em junho de 2001 e a geração comercial da usina deverá iniciar-se em dezembro de 2003.

(iv) Usina de Irapé - com potência de 360 MW, está sendo implantada no rio Jequitinhonha, na divisa dos municípios de Berilo e Grão-Mogol. A geração comercial está prevista para agosto de 2003.

(Continua na página 11)

## PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2002 (Cont.)

to de 2005.

(v) Usina Pai Joaquim – com capacidade instalada de 23 MW, está sendo implantada no rio Araguari, na região do Triângulo Mineiro, entre os municípios de Santa Juliana e Sacramento, com a participação da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA de 51%. No local existia uma usina da Companhia de 6,7 MW de potência, desativada desde 1990. As obras de realocação e ampliação da casa de força foram iniciadas em abril de 2002, e a geração comercial está prevista para dezembro de 2003.

(vi) Usinas de Capim Branco I e II - formando o Complexo Energético Capim Branco, estão em fase de viabilização para início das obras em 2003, e irão acrescentar 450MW ao parque gerador de Minas Gerais. Localizadas no rio Araguari, entre os municípios de Araguari e Uberlândia, sendo viabilizadas pelo Consórcio formado pela subsidiária integral Cemig Capim Branco Energia S.A. (21,05%), Companhia Vale do Rio Doce CVRD (48,42%), Comercial e Agrícola Paineiras (17,90%) e Companhia Mineira de Metais (12,63%). A operação comercial está prevista para dezembro de 2005.

(vii) Usina Termelétrica Barreiro - empreendimento de cogeração com potência aproximada de 12,9MW, localizada no Barreiro, município de Belo Horizonte, na área industrial da Vallourec & Mannesmann do Brasil – VMB. O custo total do empreendimento está estimado em R\$28,0 milhões, e a geração comercial está prevista para julho de 2003. Após autorização da Aneel, os ativos serão transferidos para a empresa Central Termelétrica de Cogeração S.A., com participação de 49% da Companhia e 51% da COPASA.

(viii) Usina Termelétrica Igarapé II - localizada no município de Juatuba, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sua capacidade instalada será aumentada de 131 MW para cerca de 307MW. O gás natural será fornecido pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG. A Companhia possui 100% do empreendimento.

(ix) Usina Sulminas – em fase de viabilização, sua capacidade ficará em torno

de 500 MW, utilizando gás natural como combustível. Para sua implantação, encontra-se em andamento a negociação entre a Gasmig e a Petrobrás para construção do gasoduto São Carlos, que atenderá a demanda da usina. A operação comercial deverá iniciar-se em dezembro de 2005, sendo que a participação da Companhia no projeto é de 31%.

### TRANSMISSÃO

A rede de transmissão de energia elétrica da Companhia, por onde é transportada a energia produzida, bem como a energia comprada de Itaipu e de outros participantes do sistema elétrico nacional, totaliza 21.120 quilômetros em 31 de dezembro de 2002.

(i) Sistema Itajubá 3.500 Kv - energiza-

*Foi concluída no ano de 2002, a expansão da rede da GASMIG de distribuição nas cidades de Juiz de Fora e Barbacena, que permitiu a ligação de novos consumidores. Encontra-se em andamento o projeto de extensão da rede de distribuição até a cidade de Sete Lagoas.*

da em abril de 2002, composta por dois transformadores de 500-138 KV, 300 MVA, esta subestação irá atender a uma população de mais de 2,2 milhões de habitantes, além de atender ao crescimento da demanda por energia elétrica da Região Sul de Minas Gerais, principalmente em função da duplicação da BR-381.

(ii) Sistema Vespasiano - em fase final de conclusão das obras de implantação, composto por 2 transformadores de 500-138 KV 300/300-100 MVA, esta subestação irá suprir com energia o crescimento da região Central de Minas Gerais.

(iii) Sistema Bom Despacho 3 - iniciado em dezembro de 2002, objetiva aumentar a confiabilidade da rede básica de transmissão do sistema interligado da Região Sudeste do Brasil. Esta subestação irá possibilitar um ganho significativo de manobra nas três princi-

pais linhas de transmissão KV, além de fornecer 100 MVAR de energia reativa no sistema, contribuindo para a melhoria dos níveis de tensão e qualidade da energia.

### DISTRIBUIÇÃO

A rede de distribuição de energia elétrica da Companhia é formada por 330.529 quilômetros, valendo destacar alguns aspectos relevantes no exercício de 2002:

(i) Subestações móveis - foram integradas ao parque de equipamentos de reserva e atendimento de emergências 2 subestações móveis de 25MVA, as quais podem ser rapidamente deslocadas a qualquer ponto do Estado e permitem o atendimento por um tempo médio de 12 horas. Esses equipamentos também são bastante utilizados em manutenções programadas.

(ii) Automação da distribuição – a Companhia dispõe de 354 subestações em sua rede de distribuição, sendo as 180 maiores totalmente automatizadas, das quais 20 foram automatizadas em 2002. Estas subestações são controladas diretamente a partir dos 7 Centros de Operação de Distribuição (“COD”), quais sejam: Metropolitano (Belo Horizonte), Mantiqueira (Juiz de Fora), Oeste (Divinópolis), Norte (Montes Claros), Triângulo (Uberlândia), Leste (Governador Valadares) e Sul (Pouso Alegre).

(iii) Monitoramento do Sistema Elétrico – foi concluída a implantação de uma rede de Registradores Digitais de Pertubações - RDPs, cujo objetivo é o monitoramento e registro de todas as ocorrências operativas envolvendo curto-circuitos e desligamentos no sistema elétrico da Distribuição. Composto por 46 oscilógrafos digitais, monitora integralmente a malha de 138 KV da Companhia e parte do sistema de 69 KV, permitindo a rápida identificação e localização de defeitos no sistema elétrico e no sistema de produção.

(iv) Gestão de Contratos de Uso e Conexão no Sistema de Distribuição – novo ambiente regulatório decorrente da reestruturação do setor elétrico brasileiro promoveu o surgimento de novos negócios, motivados pela conexão e uso da rede de distribuição por

(Continua na página 12)

## PRINCIPAIS ASPECTOS DO EXERCÍCIO DE 2002 (Cont.)

agentes distribuidores, geradores e consumidores livres.

### GÁS NATURAL

Foi concluída no ano de 2002, a expansão da rede da GASMIG de distribuição nas cidades de Juiz de Fora e Barbacena, que permitiu a ligação de novos consumidores. Encontra-se em andamento o projeto de extensão da rede de distribuição até a cidade de Sete Lagoas, no total de 67,4 quilômetros, a ser concluído até o término do ano de 2003.

### EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Visando a exploração do mercado de serviços energéticos, foi constituída a Effientia S.A., subsidiária integral da capital fechado. A Companhia estará voltada para os serviços de eficiência e soluções energéticas, atuando como comercializadora de serviços. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, sendo que o início das atividades deverá ocorrer ao final do 1º semestre de 2003.

### TELECOMUNICAÇÕES

a) Tecnologia de redes - no ano de 2002 foram iniciados os procedimentos para atualização tecnológica do Sistema MFR - Medições de

Fronteira, que possibilita as medições dos pontos de intercâmbio para o sistema de contabilização das transações do MAE e gerenciamento da rede básica nas fronteiras de geração/distribuição, geração/transmissão e transmissão/distribuição. Após a implantação das melhorias, prevista para julho de 2003, a medição de energia será totalmente automatizada por meio da rede interna da Companhia.

b) Prestação de serviços - a empresa Infovias S.A., entrou em operação a partir do exercício de 2001, sendo que seu faturamento é oriundo do aluguel de sua rede multi-serviços e da rede básica de acessos, tendo como principais clientes as operadoras de telecomunicações, e a participação na receita de venda de assinaturas de TV a cabo e acessos a internet de banda larga. Ao longo do exercício de 2002, foram investidos R\$58 milhões na extensão da rede de telecomunicações e na ligação de novos clientes.

Em termos de qualidade no fornecimento, a Companhia obteve o 3º lugar no Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, concorrendo com outras 63 concessionárias do País, com aprovação de 71,13 pontos, número esse que garantiu o primeiro lugar na região Sudeste. Quanto aos indicadores de continuidade de fornecimento de

energia, a Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor/ano - DEC foi de 12 horas e 41 minutos em 2002, índice superior ao de 2001, que foi de 11 horas e 40 minutos. A Frequência Equivalente a Interrupção por Consumidor - FEC foi de 6,91 interrupções no ano, inferior ao verificado em 2001, que foi de 7,02. Do total de desligamentos acidentais, 39% são originados por fenômenos naturais como chuvas, descargas atmosféricas, vendavais e outros. O tempo de conhecimento dos desligamentos foi bastante reduzido, em decorrência da Implantação da Central de Atendimento ao Consumidor - CAC centralizada, com a facilidade da ligação gratuita 0800 e atendimento em plantão 24 horas, a qual está dimensionada para atendimento aos consumidores em qualquer localidade dentro do Estado. Somase a este fato a crescente automatização das subestações de distribuição, com possibilidade de telecomando e sinalização em tempo real para os sete centros de operação.

Para o exercício de 2003, a Companhia visualiza novos desafios para o setor elétrico brasileiro, dentre eles a retomada dos investimentos privados e a reformulações no setor, a serem coordenadas pelo Governo Federal, de forma a garantir a confiabilidade do sistema e tarifas adequadas ao consumidor brasileiro. ■

## PRINCIPAIS RUBRICAS E INDICADORES FINANCEIROS

### BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO - R\$ MIL

ATIVO	2000	AV%	2001	AV%	2002	AV%
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.023.744</b>	<b>9,6%</b>	<b>1.690.574</b>	<b>12,8%</b>	<b>1.819.772</b>	<b>13,2%</b>
Disponível e aplicações financeiras	245.108	2,3%	696.088	5,3%	122.975	0,9%
Contas a receber	713.417	6,7%	892.778	6,8%	1.487.900	10,8%
Estoques	12.352	0,1%	11.599	0,1%	20.663	0,1%
Outros créditos	52.867	0,5%	90.109	0,7%	188.234	1,4%
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.464.742</b>	<b>13,8%</b>	<b>3.525.926</b>	<b>26,7%</b>	<b>3.462.579</b>	<b>25,1%</b>
Contas a receber do Governo do Estado	1.238.885	11,7%	1.492.105	11,3%	754.960	5,5%
Consumidores - recomposição tarifária	-	-	1.071.788	8,1%	1.149.563	8,3%
Despesas antecipadas - CVA	-	-	106.080	0,8%	195.208	1,4%
Créditos tributários	82.364	0,8%	435.981	3,3%	540.839	3,9%
Títulos e valores mobiliários	60.849	0,6%	70.107	0,5%	53.138	0,4%
Racionamento - bônus e custos adaptação	-	-	122.634	0,9%	52.083	0,4%
Revendedores - suprimento de energia	-	-	80.140	0,6%	462.640	3,3%
Tributos compensáveis	-	-	-	-	81.583	0,6%
Incentivos fiscais, depósitos e outros	82.644	0,8%	147.091	1,1%	172.565	1,2%
<b>PERMANENTE</b>	<b>8.123.673</b>	<b>76,6%</b>	<b>7.998.971</b>	<b>60,5%</b>	<b>8.531.535</b>	<b>61,8%</b>
Investimentos	133.643	1,3%	356.272	2,7%	608.657	4,4%
Imobilizado	7.980.308	75,2%	7.633.115	57,8%	7.897.782	57,2%
Diferido	9.722	0,1%	9.584	0,1%	25.096	0,2%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>10.612.159</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.215.471</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.813.886</b>	<b>100,0%</b>

**PRINCIPAIS RUBRICAS E INDICADORES FINANCEIROS (Cont.)**

**BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO - R\$ MIL**

PASSIVO	2000	AV%	2001	AV%	2002	AV%
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.351.224</b>	<b>12,7%</b>	<b>1.776.150</b>	<b>13,4%</b>	<b>2.960.646</b>	<b>21,4%</b>
Empréstimos e financiamentos	535.005	5,0%	332.317	2,5%	818.251	5,9%
Debêntures	-	-	-	-	15.952	0,1%
Fornecedores	245.950	2,3%	550.520	4,2%	1.274.725	9,2%
Impostos, taxas e contribuições	78.709	0,7%	213.378	1,6%	150.757	1,1%
Dividendos a pagar	173.658	1,6%	216.894	1,6%	211.106	1,5%
Salários e contribuições sociais	80.110	0,8%	96.861	0,7%	108.515	0,8%
Encargos regulatórios	89.405	0,8%	51.696	0,4%	93.856	0,7%
Participações nos lucros	16.437	0,2%	38.180	0,3%	25.950	0,2%
Outras obrigações	131.950	1,2%	276.304	2,1%	261.534	1,9%
<b>EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO</b>	<b>1.441.036</b>	<b>13,6%</b>	<b>4.521.948</b>	<b>34,2%</b>	<b>5.143.322</b>	<b>37,2%</b>
Empréstimos e financiamentos	1.099.227	10,4%	1.416.378	10,7%	1.732.441	12,5%
Debêntures	-	-	633.228	4,8%	818.100	5,9%
Provisões contingências	308.119	2,9%	319.230	2,4%	315.045	2,3%
Obrigações pós-emprego	-	-	1.701.868	12,9%	1.656.488	12,0%
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-	216.640	1,6%
Fornecedores - suprimentos	-	-	372.939	2,8%	334.295	2,4%
Outras obrigações	33.690	0,3%	78.305	0,6%	70.313	0,5%
<b>PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS</b>	<b>2.366</b>	<b>0,0%</b>	<b>15.317</b>	<b>0,1%</b>	<b>29.035</b>	<b>0,2%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.817.533</b>	<b>73,7%</b>	<b>6.902.056</b>	<b>52,2%</b>	<b>5.680.883</b>	<b>41,1%</b>
Capital social	1.589.995	15,0%	1.589.995	12,0%	1.621.538	11,7%
Reservas de capital	4.141.865	39,0%	4.133.615	31,3%	4.059.345	29,4%
Reservas de lucro	2.060.703	19,4%	1.153.476	8,7%	-	-
Lucros acumulados	24.970	0,2%	24.970	0,2%	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>10.612.159</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.215.471</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.813.886</b>	<b>100,0%</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO- R\$ MIL**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2000	AV%	2001	AV%	2002	AV%
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>4.940.103</b>	<b>133,3%</b>	<b>6.167.633</b>	<b>127,1%</b>	<b>6.751.780</b>	<b>131,9%</b>
(+)Fornecimento bruto de energia elétrica	4.623.394	124,8%	4.731.389	97,5%	5.991.216	117,1%
(+)Recomposição tarifária extraordinária	-	-	1.057.703	21,8%	275.321	5,4%
(+)Outras receitas	316.709	8,5%	378.541	7,8%	485.243	9,5%
(-)Deduções da receita bruta	(1.234.379)	(33,3%)	(1.315.262)	(27,1%)	(1.633.298)	(31,9%)
<b>(=) Receita líquida de vendas</b>	<b>3.705.724</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.852.371</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.118.482</b>	<b>100,0%</b>
(-) Custo de bens e/ou serviços vendidos	-	-	-	-	-	-
<b>(=) Lucro bruto</b>	<b>3.705.724</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.852.371</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.118.482</b>	<b>100,0%</b>
(-) Despesas de pessoal	(519.347)	(14,0%)	(554.365)	(11,4%)	(553.234)	(10,8%)
(-) Material	(71.454)	(1,9%)	(71.225)	(1,5%)	(78.428)	(1,5%)
(-) Serviços de terceiros	(194.972)	(5,3%)	(218.903)	(4,5%)	(264.563)	(5,2%)
(-) Comp. Financeira utilização rec. hidrôicos	(35.757)	(1,0%)	(28.460)	(0,6%)	(47.252)	(0,9%)
(-) Energia elétrica para revenda	(819.186)	(22,1%)	(1.514.252)	(31,2%)	(1.732.678)	(33,9%)
(-) Encargos do uso da rede	(243.173)	(6,6%)	(250.499)	(5,2%)	(297.537)	(5,8%)
(-) Depreciação acumulada	(488.021)	(13,2%)	(516.348)	(10,6%)	(550.513)	(10,8%)
(-) Obrigações pós-emprego	(100.866)	(2,7%)	(201.056)	(4,1%)	(145.473)	(2,8%)
(-) Constituição de provisões operacionais	(7.030)	(0,2%)	(36.227)	(0,7%)	(52.456)	(1,0%)
(-) Quotas para CCC	(281.537)	(7,6%)	(248.800)	(5,1%)	(344.902)	(6,7%)
(-)Provisão p/ perdas de recomposição tarifária	-	-	-	-	(177.627)	(3,5%)
(-) Gás comprado para revenda	(59.980)	(1,6%)	(84.142)	(1,7%)	(152.132)	(3,0%)
(-) Outras despesas operacionais	(178.343)	(4,8%)	(190.809)	(3,9%)	(158.178)	(3,1%)
<b>(=) Lucro da atividade</b>	<b>706.058</b>	<b>19,1%</b>	<b>937.285</b>	<b>19,3%</b>	<b>563.509</b>	<b>11,0%</b>
(+)Receitas financeiras	250.319	6,8%	494.607	10,2%	867.203	16,9%
(-)Despesas financeiras	(518.301)	(14,0%)	(690.113)	(14,2%)	(1.482.663)	(29,0%)
<b>(=) Lucro operacional</b>	<b>438.076</b>	<b>11,8%</b>	<b>741.779</b>	<b>15,3%</b>	<b>(51.951)</b>	<b>(1,0%)</b>
(+/-)Resultados não operacionais	(64.351)	(1,7%)	(89.911)	(1,9%)	(1.072.558)	(21,0%)
<b>(=) Lucro líquido antes do IR e CS</b>	<b>373.725</b>	<b>10,1%</b>	<b>651.868</b>	<b>13,4%</b>	<b>(1.124.509)</b>	<b>(22,0%)</b>
(-)Provisão para IR e contribuição social	(118.030)	(3,2%)	(229.016)	(4,7%)	(70.910)	(1,4%)
<b>(=) Lucro líquido após o IR e CS</b>	<b>255.695</b>	<b>6,9%</b>	<b>422.852</b>	<b>8,7%</b>	<b>(1.195.419)</b>	<b>(23,4%)</b>
(-)Participações / contribuições estatutárias	(27.366)	(0,7%)	(47.386)	(1,0%)	(38.226)	(0,7%)
(-)Participações minoritárias	(370)	(0,0%)	(536)	(0,0%)	11.632	0,2%
(-)Reversão dos juros sobre capital próprio	187.000	5,0%	103.000	2,1%	220.000	4,3%
<b>(=) Lucro disponível do período</b>	<b>414.959</b>	<b>11,2%</b>	<b>477.930</b>	<b>9,8%</b>	<b>(1.002.013)</b>	<b>(19,6%)</b>

## ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

No exercício de 2002, a Companhia registrou uma receita bruta com fornecimento de energia elétrica de R\$ 5.991,2 milhões, 26,63% acima do valor auferido de R\$4.731,4 milhões no exercício de 2001. Mencionado crescimento decorreu basicamente dos seguintes fatores:

energia comercializada no MAE, durante a vigência do Programa de Racionamento. Os valores reconhecidos como receita com recomposição tarifária extraordinária estão sendo recebidos pela Companhia por meio de reajuste adicional, a vigorar pelo prazo máximo de 82 meses, a partir de janeiro

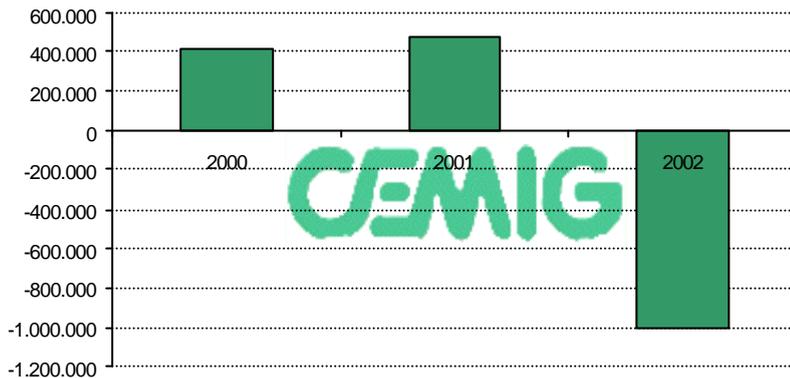
res:

(i) desvalorização do real frente ao dólar norte-americano de 52,27%, ocasionando despesas com variações cambiais de R\$803,0 milhões em 2002 (R\$ 260,0 milhões em 2001);

(ii) apropriação de juros sobre o capital próprio a serem pagos em 2003, no montante de R\$220,0 milhões; e

(iii) provisão para desvalorização com base no valor de mercado das Notas do Tesouro, no montante de R\$61,0 milhões, em comparação com a provisão de R\$4,0 milhões em 2001, crescimento esse em função do maior deságio exigido pelo mercado financeiro na negociação de títulos de longo prazo.

Gráfico: Lucro do Período (Valores em R\$ mil)



(i) reajustes nas tarifas de 16,50% em abril de 2001, com feito integral no exercício de 2002, e 10,51% a partir de 08 de abril de 2002;

(ii) receita adicional com o ressarcimento pela compra de energia livre no MAE; e

(iii) aumento de 2,40% no volume de energia vendida a consumidores finais.

Com relação à receita com suprimento, a Companhia reconheceu em 2002 uma receita referente a suprimento de R\$ 534,0 milhões, em comparação a R\$ 145,0 milhões no exercício anterior. Esse resultado é decorrente principalmente da alteração na metodologia de cálculo das obrigações e direitos referentes às operações com energia no MAE, e corresponde ao ressarcimento à Companhia, da diferença entre os montantes a pagar ao MAE pelas transações ocorridas durante o período de vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/MWh, definido através de regulamentação específica.

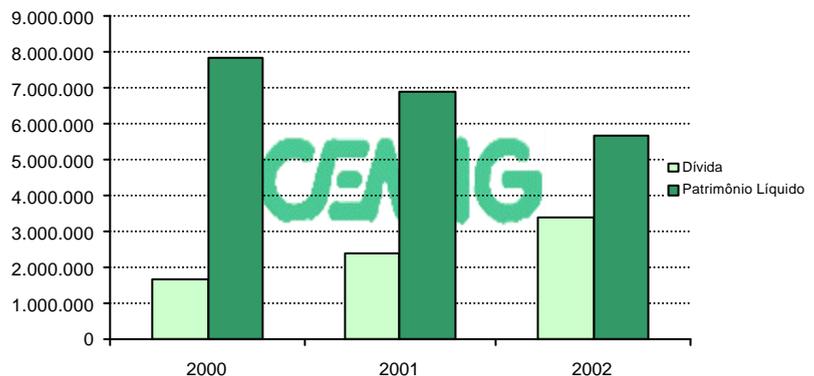
Por sua vez, a receita com recomposição Tarifária Extraordinária foi de R\$ 275,3 milhões, valor muito inferior ao montante de R\$1.057,7 milhões registrados no exercício de 2001. Tais montantes referem-se às perdas de faturamento e parcela das despesas com e-

de 2002.

As despesas operacionais, incluindo gastos com participações de empregados, foram de R\$4.593,2 milhões em 2002 e R\$3.962,5 milhões em 2001, repercutindo em aumento de 15,93%, justificado substancialmente pelo crescimento nas despesas com energia comprada para revenda e provisão para perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária.

O resultado não operacional líquido negativo em R\$1.072,6 milhões decorreu basicamente da provisão para perdas com o Contrato de CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$1.045,0 milhões. Essa provisão corresponde ao valor integral, em 31 de março de 2002, do Segundo Aditivo Contratual assinado com o Governo do Estado de Minas Gerais no exercício de 2002. A provisão constituída decorre do histórico de inadimplência no recebimento das parcelas do contrato e da não existência, no aditivo mencionado, de garantias que assegurem o recebimento dos va-

Gráfico: Dívida X PL (Valores em R\$ mil)



No tocante ao resultado financeiro, a Companhia registrou despesas financeiras líquidas de R\$615,4 milhões, valor que aponta crescimento de 214,8% em relação ao montante de R\$195,5 milhões registrado em 2001, reflexo direto da conjugação dos seguintes fato-

lores registrados.

Assim, após as deduções das participações minoritárias, e provisão do imposto de renda e contribuição social,

(Continua na página 15)

## ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS (Cont.)

a Companhia registrou prejuízo de R\$ 1.001,8 milhões em 2002, comparativamente a um lucro líquido de R\$477,9 milhões em 2001, reflexo direto da elevação das despesas financeiras, e, principalmente, da provisão para perdas com o Contrato de CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais, os quais também foram determinantes na redução do patrimônio líquido de R\$6.902,1 milhões em 31 de dezembro de 2001 para R\$5.680,1 milhões em 31 de dezembro de 2002. ■

## PARECER

A emissão de debêntures é da espécie sem garantia, quirografária, preferindo tão somente aos acionistas subordinados em caso de liquidação da Companhia. Após análise das demonstrações financeiras da Emissora, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, cujo parecer não apresentou ressalva no que diz respeito à capacidade de cumprimento de suas obrigações, a Companhia encontra-se apta a honrar seus compromissos decorrentes da Escritura de Emissão. ■

## DECLARAÇÃO

Declaramos estar aptos e reafirmamos nosso interesse em permanecer no exercício da função de Agente Fiduciário dos debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 68, alínea “b” da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e no artigo 12, “alínea” L, da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1.983.

São Paulo, 28 de abril de 2003.

***Planner Corretora de Valores S.A.***

*“Os documentos legais e as informações técnicas que serviram à elaboração deste relatório, encontram-se arquivados e a disposição dos interessados para consulta e esclarecimentos, na sede deste Agente Fiduciário.”*

**PROTOCOLO**

São Paulo, 30 de abril de 2003.

À  
**CVM – Comissão de Valores Mobiliários**  
 Rua Sete de Setembro, 111- 26º ao 33º andar  
 20159-900 - Rio de Janeiro – RJ

Att: Sr. Carlos Alberto Rebello Sobrinho

Prezados Senhores,

Vimos através desta, em cumprimento ao disposto no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b” da Lei 6.404/76 e do artigo 12 Instrução CVM no. 28 de 23 de novembro de 1983, encaminhar à V.Sa. os Relatórios Anuais, referentes ao Exercício Social de 2002, das emissões abaixo relacionadas:

**EMISSORAS****EMISSÃO**

<b>AES Sul</b> Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	1ª. Emissão
<b>BCP S.A.</b>	1ª. Emissão
<b>BSE S.A.</b>	1ª. Emissão
<b>Casa Anglo Brasileira S.A.</b>	5ª. Emissão
Cia. Brasileira de Distribuição – <b>Pão de Açúcar</b>	5ª. Emissão
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia – <b>COELBA</b>	2ª. Emissão
Cia. Energética do Maranhão – <b>CEMAR</b>	1ª. Emissão
Cia. Energética de Minas Gerais – <b>CEMIG</b>	1ª. Emissão
Cia. Energética de São Paulo – <b>CESP</b>	8ª. Emissão
Cia. Têxtil <b>Ferreira Guimarães</b>	2ª. Emissão
Cia. <b>Lorenz</b>	2ª. Emissão
Cia. Petrolífera <b>Marlim</b>	1ª. Emissão
Cia. de Saneamento do Paraná – <b>SANEPAR</b>	1ª. Emissão
Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – <b>SABESP</b>	5ª. Emissão
<b>CP Cimento e Participações S.A.</b>	1ª. Emissão
Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. – <b>CONCEPA</b>	2ª. Emissão
Construtora <b>Sultepa S.A.</b>	3ª. Emissão
<b>Crefisul Leasing S.A.</b> Arrendamento Mercantil	2ª. Emissão
<b>Eco Hills S.A.</b>	1ª. Emissão
<b>Elektro</b> Eletricidade e Serviços S.A.	1ª. Emissão
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – <b>ECONORTE</b>	1ª. Emissão
<b>Energia Paulista</b> Participações S.A.	1ª. Emissão
<b>Fibra Dupont</b> Sudamérica S.A.	1ª. Emissão
<b>Finasa Leasing</b> Arrendamento Mercantil S.A.	6ª. Emissão
<b>Hospital La Santé S.A.</b>	1ª. Emissão
<b>Hopi Hari S.A.</b>	2ª. Emissão
<b>Inepar</b> Equipamentos e Montagens S.A.	1ª. Emissão
<b>Investco S.A.</b>	1ª. Emissão
<b>Itá Energética S.A.</b>	1ª. Emissão
<b>Klabin S.A.</b>	4ª. Emissão
<b>Método Engenharia S.A.</b>	2ª. Emissão
<b>NovaMarlim</b> Petróleo S.A.	1ª. Emissão
<b>Pantanal Plaza</b> Shopping S.A.	2ª. Emissão
Participações e Empreendimentos <b>República S.A.</b>	2ª. Emissão
<b>RODONORTE</b> – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	1ª. Emissão
Santa Catarina Participação e Investimentos S. A. – <b>INVESC</b>	1ª. Emissão
<b>St. Michel S.A.</b>	2ª. Emissão

# PLANNER

## EMISSORAS

Telemar Participações S.A.  
Telepar Celular S.A.  
Triunfo Participações e Investimentos S.A.  
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS  
VBC Energia S.A.  
Vicunha Siderurgia S.A.  
Votorantim Finanças S.A.  
WTC Amazonas Suíte Hotel S.A.

## EMISSÃO

3ª. Emissão  
1ª. Emissão  
1ª. Emissão  
3ª. Emissão  
3ª. Emissão  
1ª. Emissão  
1ª. Emissão  
1ª. Emissão

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e informações que se fizerem necessários, no telefone (11) 3061-9444 ramais 459 ou 467, e aproveitamos o ensejo para renovar os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

   
PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A